

“SOBRE A NATUREZA DO HOMEM”: MEMÓRIA E TRAUMA NO TESTEMUNHO DE BERNARDO KUCINSKI

“SOBRE A NATUREZA DO HOMEM”: MEMORY AND TRAUMA IN THE TESTIMONY OF BERNARDO KUCINSKI

Suzeli Santos SANTANA¹
Cristiano Augusto da SILVA²

RESUMO: Esse artigo busca analisar o conto “Sobre a natureza do homem”, pertencente à obra *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), de Bernardo Kucinski, obra constituída por narrativas curtas que abordam memórias da ditadura civil-militar. Consoante ao pensamento de Adorno (1970), que discute as relações entre arte e sociedade, intenta-se mostrar como os modos de narrar de Kucinski estão intimamente ligados às configurações políticas sociais, isto é, compreender as relações entre as configurações da narrativa (os aspectos formais e discursivos), seu contexto sociopolítico representado (o regime civil-militar brasileiro) e seu contexto de produção (momento em que a democracia do Brasil se encontra ameaçada). A leitura que se propõe do conto de Kucinski, portanto, está orientada a entender de que maneira a literatura produzida no contexto pós ditadura civil-militar problematiza os aspectos de trauma e memória.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura. Memória. Trauma. Testemunho. Bernardo Kucinski.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the short story “Sobre a natureza do homem”, belonging to Bernardo Kucinski’s book *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), a book composed of short narratives that address memories of the civil-military dictatorship. According to Adorno (1970), which discusses the relations between art and society, it is tried to show how Kucinski’s narrative modes are closely linked to social political configurations, that is, to understand the relations between the configurations of the narrative (formal and discursive aspects), its represented socio-political context (the Brazilian civil-military regime) and its context of production (at a time when Brazil’s democracy is threatened). The proposed reading of Kucinski’s short story, therefore, is oriented to understand how the literature produced in the post-civil-military dictatorship context problematizes aspects of trauma and memory.

KEYWORDS: Dictatorship. Memory. Trauma. Testimony. Bernardo Kucinski.

*Estamos todos perplexos
à espera de um congresso
dos mutilados de corpo e alma
(Alex Polari)*

1. Mestra em Letras: Linguagens e representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus-BA. E-mail: su.ze.liss@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2606-729X>.

2. Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo, São Paulo-SP. Professor Titular de Literatura Brasileira e Teoria da Literatura na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus-BA. E-mail: crisaug2005@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3848-7734>.

Introdução

Você vai voltar pra mim e outros contos (2014), de Bernardo Kucinski, trabalha com memórias de vítimas da ditadura. É um livro composto por vinte e oito narrativas curtas e publicado após o processo de redemocratização política, mais especificamente, no ano em que se completaram 50 anos do golpe civil-militar³ de 1964. A importância dessa obra, de teor testemunhal, justifica-se pela necessidade de restituir a memória coletiva de um passado recente da história do Brasil, marcado pela violência e autoritarismo, que ameaça constantemente se repetir nos dias vigentes. Nesse sentido, objetiva-se analisar mais especificamente o conto “Sobre a natureza do homem”, na perspectiva de discutir as relações entre memória e trauma no testemunho de Bernardo Kucinski.

Bernardo Kucinski, nascido em São Paulo, 1937, é jornalista, professor e autor de diversos livros sobre economia, jornalismo e política. Várias obras de sua autoria estão publicadas no exterior e, além de se dedicar à escrita, trabalhou como assessor especial do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2006.

Kucinski iniciou sua carreira de escritor após se aposentar como professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP, em 2007. Em 2014, sua obra *Você vai voltar pra mim e outros contos* ganhou, no mesmo ano de publicação, o prêmio Clarice Lispector, na categoria conto, do Prêmio Literário da Fundação Biblioteca Nacional.⁴

Aspecto fundamental da biografia do autor é o fato de ter sido militante na resistência contra a ditadura civil-militar, preso, exilado e passado pela experiência de testemunhar o desaparecimento de sua irmã, Ana Kucinski, e de seu cunhado, Wilson Silva, em 1974. Assim, encontra-se, diante da escrita ficcional de Bernardo Kucinski, um testemunho dos anos de chumbo no Brasil, marcado por memórias traumáticas.

No prefácio de *Você vai voltar pra mim e outros contos*, Kehl questiona “quando termina a escrita de um trauma? Quantos anos, ou décadas, são necessários para que um fato traumático se incorpore à memória social sem machucar nem se banalizar?” (KEHL, 2014, p. 15). Ao considerar o trauma como “uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69), constata-se que a escrita do trauma é inacabada, não tem fim. Por outro lado, diante da constante ameaça da repetição de um passado traumático, não se pode responder ao tempo necessário para a elabora-

3. Utiliza-se o termo ditadura civil-militar por se considerar que o golpe de 1964 não foi instituído exclusivamente pelas Forças Armadas, mas também pela participação de setores da sociedade civil, do que são exemplos as marchas da Família com Deus pela liberdade contra o governo de João Goulart – nas quais participaram lideranças religiosas, políticas e empresariais –, assim como a participação dos civis na elaboração da legislação, inclusive do AI-5. Sobre esse assunto, ver Melo (2012) e Reis (2010).

4. Os dados biográficos de Bernardo Kucinski foram obtidos através das informações contidas no livro *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014, p. 187-188), no site oficial do escritor (<<http://www.kucinski.com.br/>>) e no site da Biblioteca Nacional (<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/editais/2014/O502-premio-literario-biblioteca-nacional-2014/resultado-premio-literario-biblioteca-nacional-2014-80_0.pdf>).

ção de uma memória coletiva sobre eventos traumáticos. A recorrente tematização da violência na literatura contemporânea aponta, também, a existência de uma violência estrutural e de um autoritarismo institucional, que não se extinguem com a transição entre regimes de exceção e regimes de direito, como foi observado por Dellasoppa (1991) e Pinheiro (1991).

Assim, considerando que o objeto de análise desse trabalho foi escrito após cinquenta anos do golpe de 1964, sendo esse o contexto representado na referida obra literária em análise, compreende-se que esse presente ainda carrega o que restou da ditadura, uma herança de práticas autoritárias, que, portanto, demanda discussão. É importante salientar que, se tal discussão não tem ocorrido por vias oficiais, ao menos ela tem tido espaço no universo da literatura. Em *Tempo passado*, Sarlo discute os conflitos da memória do passado, elucidando o tempo presente como o tempo próprio para lembrar e elaborar o passado:

Além de toda decisão pública ou privada, além da justiça e da responsabilidade, há algo inabordável no passado. Só a patologia psicológica, intelectual ou moral é capaz de reprimi-lo; mas ele continua ali, longe e perto, espreitando o presente como a lembrança que irrompe no momento em que menos se espera ou como a nuvem insidiosa que ronda o fato do qual não se quer ou não se pode lembrar. [...] O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente. (SARLO, 2007, p. 9).

Desse modo, apesar de a impunidade dos torturadores no Brasil e de o trauma impedirem, muitas vezes, que o sujeito/vítima testemunhe sua experiência em um evento catastrófico, contribuindo com a construção de uma outra perspectiva da história política de seu país, nota-se, a partir do pensamento da autora, que o presente evoca esse passado traumático não para superar esse evento, não para esquecê-lo, mas porque no momento atual ainda se perpetua o autoritarismo do pretérito. Portanto, se o passado ainda se faz presente, é fundamental que haja um tratamento desse contexto nas artes de modo geral, e em outros espaços, a fim de evitar a repetição de eventos como esse.

Ao pensar as relações entre arte e sociedade, Adorno aponta que “os antagonismos não resolvidos da realidade retornam às obras de arte como os problemas iminentes de sua forma” (ADORNO, 1970, p.16). Ou seja, em um contexto marcado por violência e autoritarismo, obras de arte podem incorporar esses conflitos, não por serem retratos da realidade, mas pelos impasses sociais demandarem uma elaboração, e/ou pelo dever de memória da arte em geral.

Consoante ao pensamento de Adorno, Ginzburg reitera que os antagonismos externos influenciam diretamente nas tensões internas do texto literário: “o regime ditatorial no Brasil exigiu mudanças nas condições de produção literária, incluindo

renovações de linguagem e rupturas com valores tradicionais” (GINZBURG, 2010, p. 139). Nessa perspectiva, busca-se problematizar as relações entre a configuração da narrativa de Kucinski (os aspectos formais e discursivos), o contexto político-social representado na narrativa (o regime civil-militar brasileiro) e o contexto de produção da obra (que, embora se situe em uma democracia, carrega um legado autoritário).

A leitura que se propõe do conto “Sobre a natureza do homem”, de Kucinski, portanto, está orientada a compreender de que maneira a literatura produzida no contexto pós ditadura civil-militar problematiza os aspectos de violência, autoritarismo, trauma e memória.

1. O corpo torturado em “Sobre a natureza do homem”

Em “Sobre a natureza do homem”, Bernardo Kucinski constrói sua narrativa em torno de dois eixos temáticos antagônicos: a tortura e suas consequências e o afeto entre os personagens principais. Nesse sentido, o enredo gira em torno da tentativa de Rui, narrador-personagem, encontrar sua amiga Imaculata, anos após a ditadura civil-militar, período em que ambos os personagens foram militantes, presos e torturados. Apesar de narrado em primeira pessoa, Rui testemunha sua experiência, mas principalmente a história de sua companheira, assumindo o papel de testemunha primária (*superstes*) e secundária (*testis*)⁵.

Assim como nos demais contos de *Você vai voltar pra mim e outros contos*, observa-se nesta narrativa a presença de dois tempos: o tempo presente em que Rui procura Imaculata e o tempo passado, através dos flashbacks que evocam a memória dos anos de chumbo. Sobre a relação entre o passado e o presente nos discursos testemunhais, cabe ainda pensar a noção benjaminiana da palavra “rememoração”, sintetizada como “uma memória ativa que transforma o presente”, por Gagnebin (2006, p. 59). Tal noção corrobora com a recorrência do ato de rememorar nas narrativas de Kucinski e a capacidade de o passado ainda interferir no presente das personagens/vítimas da tortura e repressão do regime militar.

O conto se inicia com a presença de uma tensão, a qual se apresenta na tentativa do personagem Rui falar, ao telefone, com Imaculata, antiga colega de faculdade:

- É da casa da Imaculata?
- Senti hesitação do outro lado da linha.
- ... Sim... quem é?

5. Os conceitos de testemunha primária e secundária, *superstes* e *testis*, referem-se respectivamente ao sobrevivente, aquele que narra sua própria experiência; e ao terceiro, aquele que presenciou a experiência de outrem e põe-se a falar por este, devido à incapacidade da vítima narrar suas próprias vivências.

- Meu nome é Rui, gostaria de falar com ela. Rui de Almeida. Eu a conheci na faculdade...
- A Imaculata não fala ao telefone. (KUCINSKI, 2014, p. 43).

Desse modo, o rápido diálogo apresenta indícios da possível complicação que se desenrolará na narrativa: a “hesitação” da pessoa que atende o telefone ao perguntarem por Imaculata e a impossibilidade de esta falar ao telefone. Tais indícios provocam uma inquietação em Rui, revelada na sua narração: “Resposta seca, como quem já disse isso vezes demais. Eu sabia vagamente o que havia acontecido com aquela garota desprendida que queria acabar com as maldades do mundo, como ela gostava de dizer. Resolvi me abrir” (KUCINSKI, 2014, p. 43). Assim, o narrador revela uma característica de Imaculata que remete ao perfil de uma jovem militante; e, no intuito de descobrir mais sobre o paradeiro da colega, Rui decide contar mais sobre ele, como forma de se mostrar confiável:

- Na verdade estive preso na mesma época que ela, no mesmo presídio, só que na ala masculina. Nós nos conhecemos na faculdade, mas estou telefonando por causa da prisão. Na segunda-feira termina o prazo para pedir indenização⁶ e fiquei sabendo que ela não entrou com o pedido. (KUCINSKI, 2014, p. 43).

A partir da fala do personagem, que revela a prisão de ambos os companheiros, já se torna possível inferir a motivação do comportamento estranho de Imaculata: muito provavelmente a personagem sofre os traumas vividos na cadeia. A posteriori, Rui se surpreende com o efeito da experiência da colega na prisão, ao ser informado sobre a limitação linguística da mulher:

- É melhor o senhor falar com o advogado, ela não fala com ninguém, está muito doente.
Não imaginava que Imaculata tivesse chegado a este ponto de não poder falar ao telefone. (KUCINSKI, 2014, p. 44).

Os esforços de Rui em falar com uma antiga amiga apontam interessantes questões ligadas ao afeto, palavra esta dicionarizada sob dois sentidos. O primeiro, mais corrente, seria “o sentimento terno que nos liga a algo ou alguém” (BECHARA, 2011,

6. Após muitas discussões e lutas, e somente a partir do final da década de 1990, as indenizações passam a ser uma das medidas da política de reparação às vítimas da ditadura civil-militar. No entanto, para terem seus pedidos de indenização deferidos, as vítimas e/ou familiares precisavam relatar suas experiências e sequelas, e comprová-las a partir de fotos e documentos. Tal condição foi duramente criticada pela Comissão dos Direitos Humanos. Por outro lado, ainda se prevalece um discurso de ódio a esta medida, apelidada, pela direita, como “bolsa-ditadura”. No que tange ao conto em análise, o fato da personagem Imaculata não ter solicitado a indenização aponta para a sua incapacidade de narrar as memórias traumáticas. Para saber mais sobre esse assunto, ver Gonçalves (2008).

p. 108). No entanto, observa-se, no conto, não apenas uma estima e preocupação de Rui por Imaculata, mas também a presença de forças antagônicas em relação à delicada circunstância que leva Rui a procurá-la, isto é, a prisão, a qual poderia simbolizar o controle, o autoritarismo, fatos que muito diferem dos afetos que marcaram sua relação de amizade quando jovens, na faculdade, aspectos estes que caracterizam uma relação de respeito, liberdade, diálogo e autonomia sobre suas vidas e corpos.

Um segundo sentido para afeto seria a condição de estar “subordinado a” (BECHARA, 2011, p. 108). No caso do conto, pode-se pensar na condição de Imaculata, subordinada, provavelmente, a algum trauma, portanto, afetada por alguma força externa. Para além destas definições gerais, cabe ainda problematizar o “afeto” pelo viés da psicanálise:

Termo que a psicanálise foi buscar na terminologia psicológica *aio-mà* e que exprime qualquer estado afetivo, penoso ou desagradável, vago ou qualificado, quer se apresente sob a forma de uma descarga maciça, quer como tonalidade geral. Segundo Freud, toda pulsão se exprime nos dois registros, do afeto e da representação. O afeto é a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas variações.

A noção de afeto assume grande importância logo nos primeiros trabalhos de Breuer e Freud (*Estudos sobre a histeria*, [Studien über Hysterie, 1895] sobre a psicoterapia da histeria e a descoberta do valor terapêutico da ab-reação. A origem do sintoma histérico é procurada num acontecimento traumático a que não correspondeu uma descarga adequada (afeto coartado). Somente quando a evocação da recordação provoca a revivescência do afeto que estava ligado a ela na origem é que a rememoração encontra a sua eficácia terapêutica. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000, p. 17-8, grifos dos autores).

Sem a pretensão de aprofundar a discussão sobre o afeto pela perspectiva freudiana, destaca-se a relação entre o afeto e experiências traumáticas, que pode ser elaborada através da ab-reação: um processo de “descarga emocional pela qual um sujeito se liberta do afeto, ligado à recordação de um acontecimento traumático, permitindo assim que ele não se torne ou não continue sendo patogênico” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000, p. 13). A situação de Imaculata mostra a dificuldade da elaboração de traumas históricos que perpassam as experiências traumáticas individuais das vítimas de contextos repressivos. Assim, o afeto positivo entre os personagens Rui e Imaculata é interrompido por forças autoritárias e convertido em um afeto traumático, que impõe a mulher a um estado patológico.

A posteriori, Rui revela que o advogado da colega retornou sua ligação e marcou um encontro para a manhã seguinte. No entanto, a notícia do estado debilitado de Imaculata desestabiliza-o:

Passei a tarde perturbado, a lembrança de Imaculata irrompendo a todo instante no meio das sessões. Isso nunca havia acontecido. Um dos pacientes reclamou, aborrecido, que eu tinha cochilado enquanto ele falava. Eu não tinha. Havia fechado os olhos por um momento, tentando me concentrar. (KUCINSKI, 2014, p. 44).

Percebe-se, nesse excerto, a retomada da memória do trauma, vivenciado em primeiro e em segundo grau pelo narrador do conto, isto é, como *superstes* (sobrevivente) e como *testis* (testemunha secundária). Após ter conhecimento da imersão de Imaculata nas memórias traumáticas, “um passado que não passou”, utilizando uma expressão de Seligmann-Silva, a tentativa de Rui se concentrar indica a dificuldade do sujeito em se desvencilhar do passado e voltar ao presente sem os fantasmas de outrora, assim como atesta uma afetividade deste pela amiga.

Nessa direção, Rui descreve esse processo de reminiscência: “A imagem de Imaculata permaneceu indo e vindo, como um luminoso piscando na minha retina” (KUCINSKI, 2014, p. 44). Dessa forma, constata-se o caráter repetitivo da memória traumática, comparado metaforicamente ao efeito do piscar das luzes na retina dos olhos, o que normalmente causa desconforto e inquietação. Tal constatação também dialoga com o próprio nome do personagem, cuja pronúncia lembra a ação de ruir, ou seja, a ruína de sua amiga, assim como algo barulhento, que, portanto, persiste e incomoda.

Ademais, torna-se possível inferir que Rui atua como um terapeuta, haja vista que ele se refere ao seu “consultório”, “sessões”, “pacientes” e ao fato de ouvir seu paciente. Essa observação, que aparenta não ter grande relevância, é interessante porque normalmente a posição de uma pessoa que experienciou situações traumáticas, como Rui, é a de analisado e não a de analista, visto que existe uma necessidade de falar para elaborar as situações-limite vividas. Nesse sentido, a profissão de Rui constitui algo curioso, ao passo em que ele está diante de alguém que se recusa a falar, sendo que sua função é justamente escutar, possibilitar que o outro fale, na perspectiva de induzir a elaboração de traumas.

A descrição da colega, por Rui, revela a contradição das características antigas da personagem com as características atuais: “Maria Imaculata, delicada, miudinha, cabelos louros encaracolados, óculos de aros finos, fala suave, sempre alegre e disponível para meia hora de conversa; pelo menos era assim comigo, ali mesmo, no pátio da faculdade” (KUCINSKI, 2014, p. 44). Os adjetivos utilizados para caracterizar Imaculata apontam uma certa afetividade de Rui pela amiga, já que são palavras com valores positivos: “delicada”, “miudinha” (no diminutivo, o que denota certa intimidade, carinho), “louros encaracolados” (adjetivos que indicam o arquétipo de um anjo), “finos”, “suave”, “alegre”, “disponível”; isto é, existe uma escolha de palavras de um campo semântico comum, que constrói uma imagem angelical de Maria Imaculata, muito co-

erente com seu nome, mas que contrasta com a violência por ela sofrida. Novamente a contradição entre afeto e violência se faz presente em grau mais aprofundado no que diz respeito à configuração dos personagens.

O narrador ainda nos desloca para o lugar dessas experiências passadas, a faculdade, onde conheceu Imaculata que, diferentemente da condição atual, costumava estar “sempre alegre e disponível para meia hora de conversa; pelo menos era assim comigo, ali mesmo, no pátio da faculdade” (KUCINSKI, 2014, p. 44). A limitação linguística da personagem pode ser explicada pelo aniquilamento dessa estrutura verbal oriunda do trauma porque “não é comum que quem foi agredido queira comentar o que vivenciou” (GINZBURG, 2013, p. 12), visto que a experiência de Imaculata é inteiramente narrada por Rui.

Após se direcionar ao cenário do passado, em que se inicia a relação entre os personagens, Rui põe-se a testemunhar sua experiência e a de sua colega:

Lembrei-me súbito daquela tarde, quando ficamos até quase o anoitecer. Eu não deveria conversar com ela regularmente, essas eram as regras de segurança; ela era uma simples simpatizante, ajudava em tarefas leves, eu sabia disso, ela é que não sabia que eu também pertencia à organização. Eu era de um grupo de ação armada, não deveria conversar à toa com ela. (KUCINSKI, 2014, p. 44).

No trecho acima, nota-se que o afeto entre os personagens, quando jovens, era tão inebriante que Rui feriu uma regra básica de segurança enquanto militante. Infere-se, a partir do uso da forma verbal “deveria”, conjugada no futuro do pretérito – tempo verbal empregado para indicar incerteza sobre acontecimentos passados, ou mesmo para expressar indignação – precedida pelo advérbio “não”, um possível descuido, deslize do personagem Rui, e um sentimento de remorso por não ter seguido as regras da organização, o que provavelmente colocou a vida de Imaculata em risco.

Rui continua a narração, revelando o gosto pelo cinema, literatura e filosofia, cujas áreas sempre motivavam as conversas com a amiga e que estabeleciam um campo ético de respeito e troca de experiências. Nesse sentido, ele lembra o assunto que discutia com a amiga em determinada tarde:

Lembro que naquela tarde o papo foi sobre a natureza do ser humano. O homem nasce bom e se torna malvado com o tempo ou já nasce com maus instintos? É o homem de Hobbes ou de Rousseau? Havia muita empatia entre nós. Naquela tarde ela já estava sendo observada. Eles não sabiam quem eu era, mas nos fotografaram conversando. (KUCINSKI, 2014, p. 45).

Imaculata não fazia parte do movimento diretamente, mas estar perto de alguém procurado já a colocava em condição de subversiva. O contraste entre o ato profundamente humano de filosofar sobre a vida, “sobre a natureza do homem”, e os agentes militares fotografando-os cria um embate entre civilização e barbárie, e não apenas entre militantes e repressores.

O teor filosófico da conversa entre Rui e Imaculata, também expresso no título do conto (“Sobre a natureza do homem”), está intrinsecamente ligado à questão central da narrativa, isto é, a tortura. A intertextualidade presente neste trecho, a referência ao pensamento dos filósofos contratualistas⁷ Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau, leva a refletir sobre essas duas divergentes concepções sobre a natureza humana: por um lado, o homem hobbesiano, livre por natureza e movido pelos seus instintos e vontades, por outro, o homem rousseauiano, naturalmente bom e corrompido pelo meio social. Nessa direção, vale destacar o pensamento de Keil, ao afirmar que “a tortura é encenada a três: o poder que tortura, o torturado e a sociedade” (KEIL, 2004, p. 59), pensamento que se aproxima da noção rousseauiana sobre a natureza do homem, pois o homem que tortura só o faz por se submeter às ordens de um poder e por ter o aval da sociedade.

Em contrapartida, o afeto entre os personagens centrais fica explícito no testemunho de Rui, ao afirmar: “havia muita empatia entre nós” (KUCINSKI, 2014, p. 45). O substantivo abstrato “empatia”, precedido pelo pronome indefinido “muita”, revela um intenso envolvimento afetivo entre os personagens, o que também é próprio da “natureza do homem”. Entretanto, o conto apresenta forças antagônicas, haja vista que o afeto entre duas ou mais pessoas, dois ou mais corpos, é causa de ódio pelo modo padronizador do autoritarismo e totalitarismo: controlar corpos é elemento fundamental para ditaduras, pois sensações físicas indicam valores que são intensos e descontrolados nos termos militares e em outros campos ideológicos, seja de extrema direita ou de extrema esquerda.

Voltando à narrativa, Rui revela que, após conversar com Imaculata, eles se separam em direções opostas, no entanto ele percebe que estão sendo seguidos, mas não consegue avisar a amiga. Assim, Rui descreve a perseguição dos agentes e revela que eles conseguiram alcançar sua colega:

Depois soube que ela foi agarrada assim que desceu do ônibus e que a torturaram incessantemente. Quando exibiram à Maria Imaculata as fotos do nosso encontro, ela ainda teve forças para dizer que éramos apenas colegas

7. Apesar das diferentes concepções entre os filósofos contratualistas, entende-se, de forma geral, por contratualismo “todas aquelas teorias políticas que veem a origem da sociedade e o fundamento do poder político (chamado, quando em quando, *potestas*, *imperium*, Governo, soberania, Estado) num contrato, isto é, num acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos, acordo que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político” (BOBBIO, 1998, p. 272).

de curso e que conversávamos muito sobre cinema. Mas isso bastou para que me identificassem com a ajuda das fotos nas fichas de inscrição do curso. Ao se darem conta de que eu não ia mais às aulas, me colocaram na lista dos procurados. (KUCINSKI, 2014, p. 45).

Imaculata, portanto, é presa e torturada pela relação de afeto que tinha com Rui, e não por relações de militância política até então. Nessa passagem, nota-se que as lembranças afetivas dos encontros com Rui são utilizadas, paradoxalmente, para identificar e perseguir seu companheiro, isto é, os valores positivos do afeto da mulher são manipulados para assegurar os interesses do aparelho repressivo, através da tortura.

Apesar de o narrador evidenciar que Imaculata fora torturada de maneira ininterrupta, é interessante observar que Kucinski opta pela não descrição deste ato bárbaro, talvez por entender o perigo de naturalizar ou banalizar a dor indizível dos torturados, ou mesmo pela impossibilidade de reconstruir linguisticamente tal ato.

A atitude de Imaculata, ao confessar que era apenas colega de Rui, também indica uma certa ingenuidade da personagem, tendo em vista que a mínima informação dada poderia sentenciar os opositores do governo militar. Tal inocência se apresenta coerentemente ao nome dado à personagem, ao considerar que Maria Imaculata, no catolicismo, se refere à Virgem Maria, e o adjetivo “imaculada” denota um ser puro, inocente, sem máculas.

A confissão da moça leva os agentes a procurarem Rui, que se vê obrigado a viver clandestinamente, tendo nome e documentos forjados, situação comum de muitos militantes na época. Apesar de todos os esforços para resistir, Rui conta que seis meses depois ele é capturado:

Foi quando reencontrei Imaculata na cadeia, muito machucada. Ela passava horas imóvel, sentada, de olhos fixos na parede à sua frente. As companheiras a conduziam ao pátio, de volta ao corredor, à cela. Apática, não participava das reuniões do coletivo nem das aulas. Era como se estivesse se autoapagando [sic]. Assim permaneceu por três anos, parecendo embotada, sem reagir a nada, sem demonstrar afeto, desgosto ou o que fosse. Até a chegada da anistia, quando fomos todos soltos no mesmo dia. (KUCINSKI, 2014, p. 46).

Vários adjetivos e expressões qualitativas que remontam ao estado inanimado da personagem são utilizados na descrição feita por Rui: “muito machucada”, “imóvel”, “olhos fixos”, “apática”, “embotada”. Tais palavras revelam semanticamente a imagem de uma pessoa com problemas de ordem psicológica e afetiva, que denunciam os impactos da tortura nas vítimas da ditadura. Essas palavras que qualificam o estado de Imaculata na prisão contrastam com a primeira descrição da mulher: “delicada”, “miudinha”, “cabelos louros encaracolados”, “fala suave”, “sempre alegre e disponível”. Assim, observa-se a fusão entre as tensões internas e externas na narrativa, pois ao passo em que os

espaços e contextos mudam (da faculdade para a prisão, da liberdade para a repressão), a linguagem também se altera, se apresentando através desses antagonismos.

É também no excerto anterior que se apresenta o único momento em que Rui narra a experiência no cárcere, ou melhor, a experiência de Imaculata, já que ele nada fala sobre como esta situação o atingiu e o atinge no tempo presente. O fato de Rui não narrar seus sofrimentos talvez se justifique pelo dever ético de testemunhar o que ocorreu com sua amiga, já que ela se encontra impossibilitada de o fazer. Desse modo, a atitude de Rui remete ao posicionamento de Primo Levi ao afirmar sua condição de testemunha por delegação:

quem fitou a górgona⁸ não voltou para contar, ou voltou mudo [...] Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só o nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram: mas tem sido um discurso 'em nome de terceiros', a narração de coisas de perto, não experimentadas pessoalmente. A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar a sua morte. Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque a sua morte começara antes da morte corporal. Semanas e meses antes de morrer, já haviam perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. Falamos nós em lugar deles, por delegação. (LEVI apud AGAMBEN, 2008, p. 42-3).

Apesar de Levi se referir à sua experiência em Auschwitz, suas reflexões sobre a testemunha e o ato de narrar dialogam com a experiência de Rui e Imaculata, ao passo em que: 1) Imaculata encontra-se demolida, física, psicológica e emocionalmente, portanto, está incapacitada de se expressar, sentir, agir, falar; 2) Rui assume o compromisso de testemunhar pela amiga, haja vista que ela está impossibilitada de narrar sua própria experiência, devido ao excesso do afeto traumático; 3) o auto apagamento de Imaculata pode ser encarado como uma morte que antecede a corporal, à semelhança do que foi pontuado por Levi; e 4) o testemunho de Rui é válido, porém é importante frisar a impossibilidade de narrar, por completo, a experiência de outrem, ainda mais quando se trata de questões traumáticas.

Como dito antes, o ato da tortura não é descrito pelo narrador, entretanto a condição do corpo torturado é exposta, uma estratégia para revelar os efeitos das práticas autoritárias nos sujeitos, vítimas do regime militar. A não descrição das cenas de tortura aponta três direções: 1) o afeto do narrador-personagem pela companheira, e ao mesmo tempo a preocupação em não contribuir com a política de esquecimento

8. O termo "górgona" se refere às criaturas da mitologia grega, que petrificavam quem as olhassem. Assim, a górgona pode significar a morte, o medo, sendo utilizada por Levi para ilustrar a condição daqueles que se depararam com situações-limite nos campos de concentração.

com as vítimas da ditadura, ao expor as consequências da tortura; 2) a estratégia de o escritor inserir o leitor naquela realidade, através de lembranças visuais, e produzir um impacto emocional, um afeto no sujeito-leitor, que o leve ao enfrentamento da realidade e 3) a não espetacularização da cena de tortura, sob o risco de torná-la um produto a ser consumido, usufruído, estetizado.

A condição de “autoapagamento” de Imaculata mostra a capacidade de a tortura destruir a dignidade humana, a ponto de usurpar do corpo torturado tudo o que é essencialmente da esfera humana: o afeto, os sentidos, a reação perante determinadas situações. Sobre esse estado de embotamento afetivo do corpo torturado, Kehl elucida que

[...] a tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro *separa o corpo e o sujeito* – no sentido do sujeito da ação, da vontade, da determinação. Sob tortura, o corpo fica tão assujeitado que é como se a ‘alma’ – isso que no corpo pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse separada dele. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pretende arrancar de sua vítima a palavra que *ele quer ouvir*, e não a que o outro teria a dizer. Resta ao sujeito que se identifica com o corpo que sofre nas mãos do outro o silêncio, como última forma de domínio de si. (KEHL, 2004, p. 11, grifos da autora).

Nesse viés, cabe pensar também o antagonismo da relação afetuosa entre Imaculata e Rui e a relação unilateral entre ela e os torturadores. Enquanto a primeira é calcada na palavra, nas conversas da faculdade, no diálogo, troca, carinho e conhecimento, a segunda é marcada pela imposição, violência e esvaziamento da noção de diálogo, na qual apenas o torturador tem a palavra e, no jogo de perversão, o torturado é impelido a falar justamente algo que justifique sua tortura.

Desse modo, ao considerar a fusão do corpo e do sujeito, o “eu/corpo” – expressão de Kehl – fica nítido que, ao passo em que o corpo de Imaculata passa a ser dominado pelo poder estatal, este “eu” é abalado; logo, seu silêncio pode ser entendido por ao menos duas vias: 1) é a única forma de resistir ao controle do Estado; 2) é o resultado da destruição de sua subjetividade após as torturas.

A Lei da Anistia permite a saída da prisão dos personagens, momento em que Rui parece desacreditar na luta: “Companheiros se despediam na calçada, aturdidos pela súbita reentrada num mundo sem grades; a percepção imediata de que tudo o que ficara já não valia, e de que o grito de ‘a luta continua’ era apenas um subterfúgio de sobrevivência” (KUCINSKI, 2014, p. 46).⁹

9. Tal desesperança na luta, após usurparem sua dignidade humana nos porões da ditadura, nos faz lembrar do poema “Celas – 23”, de Lara de Lemos (1997), no qual a poetisa expressa a falta de sentido e reação diante o que sobrou após sair da prisão: “Eis que me retornam / vestes, sapatos, / óculos, relógios. / Bolsa povoada/ de lenços, moedas, / inúteis estojos. / Despojada até aos ossos / não sei o que fazer / de meus despojos.”

Adiante, Rui rememora a imagem de Imaculata saindo da prisão: “Ela de repente olhou para trás e sorriu para mim, um meio sorriso, suave” (KUCINSKI, 2014, p. 46). Tal imagem recupera o afeto de outrora, que começa intenso e vai sendo perseguido, fragmentado e interditado. Além disso, a lembrança do gesto de Imaculata, ao sair da prisão, suscitou, de certa forma, uma esperança de que a mulher conseguiria se restabelecer dos traumas sofridos, o que justificaria a surpresa de Rui, no início do conto, ao saber que a amiga não superou a experiência-limite do cárcere: “Não imaginava que Imaculata tivesse chegado a este ponto de não poder falar ao telefone” (KUCINSKI, 2014, p. 44).

Com a liberdade dos personagens, encerra-se o testemunho das vivências passadas de Rui e sua colega, testemunho este que auxilia a construção de um caminho para o leitor entender o provável motivo que levou Imaculata à condição inerte, apresentada no início da narrativa. Após este retorno ao passado, Rui volta a narrar no tempo presente, explicando ao advogado da amiga os procedimentos para o pedido de indenização. Por conseguinte, Rui aproveita a situação para perguntar ao advogado o que acontecera com sua cliente:

– Doutor Eliseu, conte-me o que aconteceu com a Imaculata depois que saímos da cadeia.

E ele contou. Em tom neutro, frio, não como quem pouco se importa; ao contrário, como quem já cansou de se comover.

– Nas duas primeiras semanas, Maria Imaculata foi muito torturada. A equipe que a interrogava foi de uma selvageria sem limites. Depois a trancaram numa solitária. Então, mudou a equipe e pegavam mais leve, vez ou outra. Mas a expectativa de ser torturada de novo e de novo fez mais estragos nela do que a tortura física. A Imaculata se apagou, ficou abúlica. (KUCINSKI, 2014, p. 47).

A tortura psicológica sofrida por Imaculata abalou ainda mais sua estrutura psíquica, a qual não suportava a possibilidade de ter novamente seu corpo torturado. O advogado utiliza a expressão “selvageria sem limites” ao se referir à postura dos agentes torturadores, o que corrobora com o questionamento sobre a natureza humana, colocada em xeque no título do conto, isto é, a capacidade de o homem ferir outro homem. Nesse viés, cabe destacar alguns apontamentos de Kehl, ao discutir a tortura como algo humano, diferentemente do senso comum que pensa como uma ação animalesca:

a tortura existe porque a sociedade, implícita ou explicitamente, a admite. Por isso mesmo – porque se inscreve no laço social – não se pode considerar a tortura desumana. Ela é humana; não conhecemos nenhuma espécie animal capaz de instrumentalizar o corpo de um indivíduo da mesma espécie, e de gozar com isso, tanto quanto a espécie humana. (KEHL, 2004, p. 13).

Adiante, Rui diz saber dessa experiência da colega na cadeia e indaga sobre o que aconteceu depois da prisão. O advogado, nesse sentido, continua a relatar o que Imaculata viveu, constituindo um outro tipo de testemunha que quebra a dicotomia *superstes versus testis*¹⁰, aquela que não viveu, nem presenciou, mas ouviu de alguém e transmite o testemunho de outrem. A fala do personagem é longa, mas é peça fundamental para entender a tensão estabelecida no início da narrativa sobre a condição apática de Imaculata:

– Depois foi pior. Logo que ela saiu da prisão, recuperou um pouco de vivacidade, como se estivesse acordado de um pesadelo. Mas esses momentos eram raros e foram se tornando cada vez mais curtos, como se ela estivesse regredindo. Até que um dia ela se apagou por completo, não se movia para nada, passava todo o tempo dentro do quarto, em desalinho. Tiveram que alimentá-la à força. Mas ela urinava e defecava na própria roupa. E por duas vezes entrou em convulsão. Decidiram interná-la para tratamento. Estava sofrendo de um transtorno psíquico muito severo e perigoso, disse o médico. Levaram a Imaculata para aquele hospital psiquiátrico do SUS no Jardim Botânico, um hospital moderno, novo, não muito grande. Acharam que ali ela teria uma chance de se recuperar. Mas aconteceu que a Imaculata foi violentada repetidas vezes por dois pacientes. Eles se revezavam. Um a agarrava e tapava a sua boca, outro a estuprava. Isso durou meses. Ela não conseguia dizer nada, ficava em estado catatônico. Até que engravidou. Só então descobriram o que estava acontecendo. Quando a criança nasceu, um menino, ela sofreu um novo transtorno de personalidade, uma ruptura mental. Ora acalentava a criança, dava de mamar, trocava a fralda e banhava, ora a agredia. Tiveram que separá-la do filho. Diagnosticaram esquizofrenia. Os pais levaram o neto para casa e pediram um novo diagnóstico, de comprovação, para que a pudessem tratar. Hoje ela se medica com antipsicóticos, vive com os pais, embora sem nenhuma atividade, desligada do mundo. A família se mudou para uma chácara, assim ela tem mais espaço e também não fica exposta a vizinhos. Mas não deixam que ela tenha acesso a ferramentas, facas, essas coisas. (KUCINSKI, 2014, p. 48).

Uma sequência de eventos traumáticos é revelada pelo advogado. Mesmo saindo da prisão, e tentando recuperar seu “eu-corpo”, Imaculata não consegue se desvencilhar do “pesadelo” que viveu, voltando a não ter domínio do seu corpo, ao passo em que se descreve a falta de controle das necessidades fisiológicas da personagem. Este constante reviver, próprio da memória traumática, é explicado por Keil:

10. Nesse sentido, vale destacar a ampliação da noção de testemunha por Gagnebin: “testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *bistor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

A tortura desfigura completamente o rosto, massacra e mutila o corpo, aniquila a alma e, às vezes, transforma a vítima em uma simples coisa. [...] Mais grave ou menos grave, as sequelas psíquicas causadas pela tortura acompanham a vida daqueles que foram torturados. Muitos ainda arcam com a severidade de distúrbios físicos permanentes colados no corpo como para não deixar o esquecimento encobrir a maldade humana. As lembranças dos torturados são fios que tecem a contínua e eterna reparação da vida. (KEIL, 2004, p. 50-1).

É interessante destacar ainda que, ao sair da prisão, a personagem não se encontra livre do aparelho repressor, pois logo é internada em uma instituição psiquiátrica – como muitos outros presos políticos, reconhecidos como doentes mentais – que, regida por normas autoritárias, volta a ter controle sobre o corpo de Imaculata.¹¹

Desse modo, outros infortúnios são sofridos pela personagem: a violência sexual no hospital psiquiátrico, seguida de uma gravidez, fruto do estupro. Consequentemente, ela tem suas estruturas psíquicas ainda mais abaladas, o que se confirma na fala do advogado: “Quando a criança nasceu, um menino, ela sofreu um novo transtorno de personalidade, uma ruptura mental” (KUCINSKI, 2014, p. 48).

A dimensão afetiva de uma maternidade imposta da forma mais violenta possível provoca uma inquietação no sujeito-leitor, pois como esperar sentimentos positivos por um filho que nasceu de um estupro e a lembrará diariamente de todos os traumas vividos? Nessa direção, a oscilação dos afetos pela criança é totalmente compreensível, tendo em vista o histórico de violências (física, psicológica, moral e sexual) às quais Imaculata foi submetida.

Assim, o advogado informa a condição atual de sua cliente – “Hoje ela se medica com antipsicóticos, vive com os pais, embora sem nenhuma atividade, desligada do mundo” (KUCINSKI, 2014, p. 48) –, ou seja, a personagem é levada a um estado vegetativo devido à tortura sofrida no regime militar, responsável também pelo seu internamento em um hospital psiquiátrico, onde volta a ser violentada. No entanto, nota-se que o tratamento dos problemas psicológicos e emocionais de Imaculata se dá apenas via medicação, ao invés de também ser encaminhada para um tratamento com um terapeuta, o que é irônico porque se sabe que é, principalmente, através da palavra, da fala, que é possível elaborar os traumas, e irônico também pelo fato de Rui, o amigo que narra a história da personagem, ser um terapeuta.

Destarte, muito comum às narrativas testemunhais, não existe a resolução dos pontos de tensão desenvolvidos durante o conto de Kucinski, não há um “final feliz” para a protagonista. Pelo contrário, o sofrimento de Imaculata é mais uma vez confir-

11. Sakaguch e Marcolan (2016), no artigo “A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar”, apontam a conduta autoritária das instituições psiquiátricas, que colaboraram com o regime militar brasileiro, controlando, por meio da tortura, os corpos dos que se opuseram à política vigente.

mado pelo testemunho do seu advogado. Tal testemunho, coerente com o enredo do conto, é carregado de afetos, ou melhor, da ausência de afetos, já que progressivamente as emoções da personagem vão sendo cerceadas pelo controle e violência estatal.

O conto se encerra com uma pergunta feita por Rui sobre o filho de Imaculata, findando com a resposta do advogado: “– O garoto está com quatro anos, é esperto, diz que a mãe ficou doente por causa de uns homens do mal que a maltrataram e que quando crescer vai comprar uma espada bem grande e matar todos eles” (KUCINSKI, 2014, p. 48). O discurso do garoto, carregado de uma certa inocência e, ao mesmo tempo, de desejo por justiça, encerra a narrativa, denunciando a impunidade desses “homens do mal”, metonimicamente representantes de um governo autoritário, que foi legitimado pelo corpo civil, haja vista a participação de vários setores da sociedade civil na consolidação do golpe de 1964.

A atitude de enfrentamento do garoto se assemelha ao de sua mãe, relatado no início do conto por Rui: “aquela garota desprendida que queria acabar com as maldades do mundo” (KUCINSKI, 2014, p. 43). Por outro lado, tal postura contribui com a continuidade e permanência de práticas violentas, coerentemente ao caráter cíclico da violência, um “circuito fechado”, desenvolvido em toda a narrativa.

O final do conto, portanto, rompe completamente com o afeto que moveu o enredo da narrativa: a busca de Rui por Imaculata, na perspectiva de ela também assegurar a reparação institucional do trauma causado pela ditadura, reparação esta irrealizável, já que a capacidade cognitiva e emocional da personagem se encontra demolida. Além disso, a tortura sofrida por Imaculata priva seu filho da primeira relação de afeto, a maternal, o que, provavelmente, levará à constituição de outros traumas nesse sujeito.

Entretanto, é importante reiterar que a violação do afeto entre os personagens apresenta ao leitor imagens da situação política durante a ditadura, capazes, talvez, de despertar-lhe afetividade pelos personagens, assim como um desejo de justiça pela memória das vítimas do regime militar.

Em síntese, permeado por forças antagônicas, o conto “Sobre a natureza do homem” aponta, para além das relações entre algozes e torturados, as duas faces do ser humano: de um lado, aquele capaz de estabelecer laços afetivos, e do outro, aquele capaz de torturar o outro, na perspectiva de manter o regime político vigente, e provocar uma ruptura das relações afetivas dos sujeitos vítimas da violência política.

Considerações finais

Para além da dívida social com a memória das vítimas da ditadura civil-militar brasileira, nosso presente, marcado pelo legado autoritário, demanda a reconstrução dos fragmentos do passado, na perspectiva de combater a política de esquecimento

de um período tão traumático da história sociopolítica do Brasil. Assim, a recriação desse momento histórico, através das artes, e de modo especial pela literatura, é de suma importância para garantir o direito à memória e para contribuir com o debate sobre os direitos humanos.

Através da análise do conto “Sobre a natureza do homem”, discutiu-se a demolição do sujeito pela tortura, o silêncio do corpo torturado, assim como a ruptura do afeto pelo clima de opressão da época, apresentados através de *flashbacks* e de uma linguagem carregada de forças antagônicas. Observou-se também que Kucinski não descreve as cenas de tortura no conto, mas expõe a condição do corpo torturado, estratégia que, por um ângulo, evita a naturalização da violência, uma vez que não a define por meios de representação, cujos resultados acabam por se transformar em objeto de consumo esvaziado de significado. Desse modo, o autor combate a política de esquecimento das vítimas do regime militar.

A presença de dois tempos na narrativa (o tempo passado, no qual se situa a ditadura civil-militar, e o tempo presente, momento da enunciação das memórias traumáticas do passado) também foi um aspecto muito relevante para a análise do conto. Isto porque a recorrência dessa estratégia discursiva aponta o caráter repetitivo da memória traumática, assim como as consequências intermináveis de experiências-limite, como a ditadura. Ou seja, as tensões do passado e do presente não se fecham: o passado pelos traumas, o presente pela impossibilidade de se elaborar e lidar dignamente com esses traumas, pois ninguém foi responsabilizado. Assim, na narrativa de Kucinski, o passado não é acabado, nem distante.

Sendo assim, ainda que seja impossível representar, “de forma objetiva”, as experiências traumáticas, entendendo-as como experiências-limite, reconhece-se a importância das narrativas testemunhais como um meio de reelaboração do terror vivido, por demarcarem um espaço nos debates públicos da política. Além disso, é incontestável sua contribuição para a construção de uma memória coletiva sobre uma história da política brasileira, por vezes, esquecida e, muitas vezes, velada.

Referências

- ADORNO, Theodor. Palestra sobre lírica e sociedade. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2003, p. 65-89.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- BECHARA, Evanildo (org.). *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política I*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

DELLASOPPA, Emilio. Reflexões sobre a violência, autoridade e autoritarismo. In: *Revista USP*. São Paulo: USP, 1991, n. 9, p. 79-86. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25550/0>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 133-150.

_____. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores associados, 2013.

KEHL, Maria Rita. Prefácio: A ironia e a dor. In: KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 15-18.

_____. Prefácio: Três perguntas sobre o corpo torturado. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Marcia (Orgs.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.

KEIL, Ivete. Nas rodas do tempo. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Marcia (Orgs.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEMOS, Lara de. *Inventário do medo*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. In: *Revista USP*. São Paulo: USP, 1991, n. 9, p. 45-56. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: *Revista Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro: 2008, vol. 20, n.1, p. 65-82.